



CARTOGRAFIAS DO SILÊNCIO: NARRATIVAS DE LUTAS, RESISTÊNCIAS E SUBJETIVIDADE DE MULHERES NO CAMPO ACADÊMICO

Jhenifer Rodrigues Matias,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Jhenifermatias21@gmail.com

Telma Romilda Duarte Vaz,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
Telma.vaz@ufms.br

RESUMO

Este artigo integra a pesquisa interinstitucional “*Pesquisa Narrativa: As Interfaces entre Diversidade de Gênero, Experiências, Lutas e Resistências no Ambiente Acadêmico*”, desenvolvida em parceria entre UFMS, UFSCar e UEMS, com vinculação ao Grupo de Estudos e Pesquisas Biograf (UFMS/CPNV). O projeto tem como objetivo analisar, sob a ótica da diversidade de gênero, as experiências de luta e resistência vividas por estudantes mulheres e LGBTQIAPN¹ no ensino superior. No interior dessa investigação mais ampla, o presente estudo analisa as narrativas de duas estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Naviraí –, focalizando os atravessamentos de gênero, raça e classe em suas trajetórias acadêmicas. Fundamentado nas epistemologias feministas e decoloniais, mobiliza autoras como Silvia Federici, Gerda Lerner, Kimberlé Crenshaw e Djamila Ribeiro, e adota a metodologia narrativa orientada pela análise biográfica de Fritz Schütze e pela perspectiva hermenêutica de Walter Benjamin. As entrevistas revelam experiências marcadas por múltiplas formas de exclusão — como racismo, maternidade solo, deficiência e desigualdade de classe —, mas também por estratégias de resistência e reinvenção de si. O estudo destaca a potência da escuta narrativa na produção de saberes situados e na afirmação de uma universidade mais plural, inclusiva e comprometida com a justiça social.

Palavras-chave: Gênero; Interseccionalidade; Pesquisa narrativa; Campo Acadêmico; Epistemologias feministas e decoloniais.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo integra a pesquisa interinstitucional “*Pesquisa Narrativa: As Interfaces entre Diversidade de Gênero, Experiências, Lutas e Resistências no Ambiente Acadêmico*”, desenvolvida em parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a

¹ **LGBTQIAPN+** é a sigla que representa a diversidade de orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. Refere-se a: **Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais, Pessoas Pansexuais e Não binárias**, sendo o sinal “+” uma forma de incluir outras identidades e vivências dissidentes da cis-heteronormatividade que não estão explicitamente nomeadas na sigla. Trata-se de um conceito político que busca visibilizar sujeitos historicamente marginalizados, reconhecendo a pluralidade de suas existências e reivindicações por direitos, reconhecimento e cidadania (Jesus, 2012; Facchini; Pelúcio, 2021).



Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com registro na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFMS (PROPP). Vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Biograf (UFMS/CPNV), a pesquisa tem como objetivo analisar, a partir da diversidade de gênero, as experiências de lutas e formas de resistência enfrentadas por estudantes mulheres e LGBTQIAPN+ no ambiente acadêmico. No interior desse escopo mais amplo, o presente estudo recorta como objeto de análise as narrativas de duas estudantes mulheres da UFMS – Campus de Naviraí –, a fim de compreender como gênero, raça e classe operam como marcadores estruturais na conformação de suas trajetórias acadêmicas, revelando silenciamentos, violências e práticas de reinvenção de si.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, criada em 1962 e federalizada em 1969, é a principal instituição pública de ensino superior do estado, com presença em nove municípios e 27.760 estudantes de graduação em 2025, distribuídos em 144 cursos. A diversidade do corpo discente é marcada pela predominância feminina (55,63%) e significativa representação étnico-racial e de estudantes com deficiência, reafirmando o compromisso institucional com a inclusão. Nesse cenário, o Campus de Naviraí (CPNV), fundado em 2009 no contexto do REUNI, acolhe 415 estudantes em quatro cursos de graduação presenciais. A maioria dos discentes é do turno noturno, mulheres jovens, muitas vezes trabalhadoras, com perfis étnico-raciais diversos e, em alguns casos, com deficiência, o que impõe desafios concretos à permanência estudantil e à vivência acadêmica.

A pesquisa tem como objetivo analisar as experiências de mulheres no campo acadêmico a partir de uma perspectiva interseccional, considerando os atravessamentos de gênero, raça e classe que incidem sobre suas possibilidades de permanência, resistência e agência. Para isso, mobiliza o conceito de “cartografias do silêncio”, que evoca os espaços de apagamento e a emergência de vozes dissidentes que desafiam os mecanismos de exclusão institucionalizados.

O arcabouço teórico articula epistemologias feministas e decoloniais, com destaque para Silvia Federici (2004) e Gerda Lerner (1986), além das contribuições interseccionais de Kimberlé Crenshaw (2020) e Djamila Ribeiro, cujas reflexões permitem compreender como diferentes eixos de opressão se entrelaçam na produção das desigualdades. A pesquisa adota a abordagem narrativa como metodologia, fundamentada na análise biográfica de Fritz Schütze e nas leituras hermenêutico-interpretativas de Walter Benjamin, buscando captar os sentidos atribuídos às experiências vividas pelas participantes. O corpus é composto por duas entrevistas



narrativas com estudantes universitárias do CPNV/UFMS, cujas histórias expressam simultaneamente dor e potência, exclusão e criação.

A análise das narrativas evidenciou três eixos estruturantes — gênero, classe e racismo — aos quais se somam dimensões como deficiência e saúde mental. Dentre os desafios relatados destacam-se a maternidade solo, a precariedade socioeconômica, a invisibilidade institucional e as múltiplas violências simbólicas. Contudo, os relatos também revelam práticas de resistência cotidianas e a universidade como espaço possível de reinvenção subjetiva, elaboração crítica e construção de novos futuros. Com isso, o artigo contribui para a reflexão sobre os modos como as mulheres produzem saberes situados e afirmam sua presença nas fissuras do modelo acadêmico hegemônico.

2 REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DAS MULHERES E PATRIARCADO: UM OLHAR INTERSECCIONAL

A história das mulheres, em suas múltiplas dimensões, tem sido moldada por um sistema de dominação historicamente institucionalizado sob a forma do patriarcado, profundamente entrelaçado com a colonialidade do poder. Nesse tópico, buscamos compreender como esse sistema exige de nós reconhecer as conexões entre gênero, raça, classe e colonialidade, conforme demonstram autoras fundamentais como Silvia Federici, Gerda Lerner, Maria Lugones e Djamila Ribeiro, que exploram as interseções entre essas opressões e suas consequências estruturais.

2.1 Patriarcado como Projeto Histórico: Violência e Controle dos Corpos

Silvia Federici (2004), em *Calibã e a Bruxa*, argumenta que a violência contra as mulheres foi um mecanismo essencial na transição do feudalismo para o capitalismo. A caça às bruxas, longe de ser um fenômeno isolado, constituiu "a primeira campanha de terror da era moderna", cujo objetivo era "disciplinar o corpo feminino, submeter a reprodução ao controle do Estado e destruir formas alternativas de vida" (Federici, 2004, p. 255). Esse processo não apenas reconfigurou o trabalho reprodutivo sob a lógica da acumulação capitalista, mas também aprofundou divisões de gênero no interior da classe trabalhadora, fragmentando possibilidades de resistência coletiva.

Gerda Lerner (1986) realiza uma análise genealógica do patriarcado, destacando-o como construção histórica e não como destino biológico. Em *A Criação do Patriarcado*, a autora demonstra que "as mulheres foram a primeira classe de seres humanos a ser submetida à



servidão permanente" (Lerner, 1986, p. 89), processo consolidado através da colonização e da apropriação da sexualidade feminina. A transformação da maternidade em função política controlada pelos homens foi central nesse processo: "A maternidade, anteriormente vista como uma dádiva mística, foi convertida em função biológica, subordinada ao controle masculino" (Lerner, 1986, p. 125). Além disso, Lerner destaca o papel dos mitos da criação na naturalização do poder masculino: "os mitos da criação foram os principais instrumentos para moldar as visões de mundo patriarcais" (Lerner, 1986, p. 168).

A análise do patriarcado ganha complexidade com Maria Lugones (2018), que propõe o conceito de sistema moderno/colonial de gênero. Para ela, o gênero ocidental moderno é uma fabricação histórica eurocêntrica articulada à racialização: "Caracterizar esse sistema de gênero como colonial/moderno [...] nos permitirá ver a imposição colonial em sua real profundidade" (Lugones, 2018, p. 6). Inspirando-se em Oyèrónké Oyèwùmí, Lugones contrasta sociedades pré-coloniais (como a iorubá, onde relações sociais se organizavam por idade e linhagem) com a imposição colonial de um modelo binário e hierárquico. Nesse sistema, mulheres negras e indígenas foram reclassificadas como "seres sem gênero", animalizadas e excluídas da categoria de "mulher" burguesa e branca: "As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres 'sem gênero'" (Lugones, 2018, p. 14).

Essa estrutura operava em dois eixos: um "lado iluminado" (gênero branco burguês) e um "lado obscuro" (exploração violenta das mulheres racializadas): "O lado oculto/obscuro do sistema de gênero foi e é totalmente violento [...] ao sexo forçado com os colonizadores brancos e a uma exploração laboral tão profunda que [...] os levou a trabalhar até a morte" (Lugones, 2018, p. 13).

A análise proposta por Maria Lugones (2018) sobre o sistema moderno/colonial de gênero oferece um marco teórico fundamental para compreendermos como as estruturas de opressão de gênero se constituíram de forma intrinsecamente vinculada ao projeto colonial. A autora identifica uma estrutura dual que opera através de dois polos complementares e hierarquizados, demonstrando que a construção da categoria "mulher" no ocidente moderno pressupôs simultaneamente a desumanização das mulheres não-brancas.

No polo que Lugones (2018) denomina "lado iluminado" do gênero, encontramos a construção eurocêntrica da feminilidade branca burguesa, caracterizada por:

a) Uma organização estritamente binária e heteronormativa das relações de gênero;



- b) A idealização de atributos como fragilidade, pureza e moralidade como constitutivos da feminilidade legítima;
- c) A naturalização da divisão sexual do trabalho no capitalismo moderno;
- d) A vinculação entre honra familiar e controle da sexualidade feminina.

Como demonstra Lugones (2018, p. 6), “este modelo foi imposto como universal através da violência colonial, apagando outras formas de organização social que não se baseavam em gênero binário ou hierárquico”. A autora dialoga com Oyèrónké Oyěwùmí ao mostrar como, em sociedades como a iorubá pré-colonial, as relações sociais se organizavam prioritariamente por critérios de idade e linhagem, não por diferenças sexuais biológicas.

Em contrapartida, o que Lugones (2018, p. 13) denomina "lado obscuro" do sistema de gênero foi destinado às mulheres racializadas (negras, indígenas, mestiças), manifestando-se através de processos específicos de opressão:

1. Desumanização sistemática: A negação do próprio estatuto de "gênero", reduzindo essas mulheres à condição de "fêmeas animais" (Lugones, 2018, p. 14);
2. Exploração sexual institucionalizada: O estupro colonial como tecnologia de dominação e mecanismo de "mistura racial" controlada;
3. Superexploração laboral: O trabalho escravo e servil até a exaustão física, conformando o que González (1988) denominou "o tripé da opressão colonial" (trabalho forçado, violência sexual e desestruturação familiar);
4. Violência epistêmica: A destruição sistemática de saberes e organizações sociais não patriarcais.

Como enfatiza Lugones (2018, p. 13), "o lado oculto/obscuro do sistema de gênero foi e é totalmente violento [...] ao sexo forçado com os colonizadores brancos e a uma exploração laboral tão profunda que [...] os levou a trabalhar até a morte". Essa violência não constituía um aspecto residual, mas sim estrutural ao projeto colonial. A análise de Lugones nos permite compreender três implicações fundamentais para os estudos feministas contemporâneos:

Primeiro: A relação hierárquica (não complementar) entre os polos: O "lado obscuro" não representa simplesmente o oposto do "iluminado", mas sua condição de possibilidade. A pureza e domesticidade da mulher branca burguesa dependiam material e simbolicamente da animalização da mulher negra/indígena. Segundo: A co-constituição de raça e gênero: Como



demonstra Lugones (2018), raça e gênero emergem simultaneamente no projeto colonial - ser reconhecida como "mulher" no sentido pleno tornou-se privilégio exclusivo das brancas. E terceiro: As continuidades históricas: Esta lógica dual persiste nas estruturas contemporâneas, manifestando-se na superexploração de trabalhadoras domésticas negras (Bernardino-Costa, 2015), na erotização exótica de corpos racializados (Hooks, 2019) e na violência obstétrica diferenciada (Akotirene, 2018).

Um exemplo paradigmático desta dualidade pode ser encontrado na análise de Jennifer L. Morgan (2004) sobre a lei colonial "*partus sequitur ventrem*" (o filho segue a condição da mãe). Enquanto para as mulheres brancas esta lei garantia a transmissão de propriedade e linhagem, para as mulheres negras escravizadas significou a institucionalização do estupro colonial como mecanismo de reprodução da força de trabalho escravo. Este exemplo revela como o controle reprodutivo foi central para ambos os "lados" do sistema de gênero colonial, porém com funções diametralmente opostas.

A contribuição de Lugones revela-se particularmente relevante para a análise das dinâmicas acadêmicas contemporâneas, onde se observa a permanência desta lógica dual. Enquanto mulheres brancas conquistaram relativo acesso ao espaço universitário, mulheres negras e indígenas continuam enfrentando barreiras epistêmicas e materiais que reproduzem sua exclusão (Ribeiro, 2017). Compreender estas dinâmicas à luz do sistema moderno/colonial de gênero permite desvelar as continuidades entre a violência colonial histórica e as formas contemporâneas de exclusão acadêmica.

2.2 Feminismo Negro e Interseccionalidade: Rompendo com Universalismos

bell hooks (2019), em *E eu não sou uma mulher?*, analisa como o racismo e o sexismo moldaram experiências específicas para mulheres negras, desde a escravidão até os movimentos feministas brancos hegemônicos. Seu trabalho ecoa o discurso de Sojourner Truth para criticar a exclusão das mulheres negras das narrativas universais sobre "a mulher". Nesse contexto, hooks denuncia a invisibilização das experiências das mulheres negras e aponta para a necessidade de um feminismo que reconheça a diferença como eixo central da análise.

A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (1995), surge como uma ferramenta analítica fundamental para compreender as sobreposições entre racismo, sexismo, classismo e outras formas de opressão. Como afirma a autora, "a interseção do racismo e do sexismo tende a moldar a experiência de violência de maneira qualitativamente diferente



da vivida por mulheres brancas ou homens negros" (Crenshaw, 1995, p. 1244). A proposta interseccional não apenas amplia os horizontes do feminismo, como também exige um compromisso com transformações estruturais nas formas de organização social e produção de conhecimento.

Patrícia Hill Collins aprofunda esse debate ao destacar que as políticas de ações afirmativas representam uma "luta por justiça cognitiva" (Collins apud Pereira; Bernardino-Costa, 2021, p. 864), pois interrogam "quem tem o poder de definir o que é conhecimento legítimo" (p. 861). Para a autora, intelectuais negras como Djamila Ribeiro não apenas acessam o espaço acadêmico, mas o transformam: "Essas novas vozes não estão apenas entrando na universidade, estão transformando a universidade por dentro" (Collins, 2021, p. 907).

Essa perspectiva nos permite refletir criticamente sobre a diversidade de gênero no campo acadêmico, um espaço historicamente masculinizado, branco e cis-heteronormativo. Apesar dos avanços institucionais — como as cotas, os núcleos de estudos de gênero e diversidade, e os comitês de equidade — a universidade brasileira ainda é marcada por desigualdades estruturais que afetam de forma desproporcional pessoas trans, negras, indígenas e mulheres em geral. Como mostram estudos recentes, a presença de mulheres trans e travestis nas universidades públicas ainda é extremamente marginal, e sua permanência é constantemente ameaçada por práticas de exclusão, transfobia institucional e violência simbólica (Jesus, 2012; Carrara et al., 2021).

Nesse sentido, a interseccionalidade é uma ferramenta indispensável para desvelar as múltiplas camadas de opressão que moldam as experiências das mulheres no meio acadêmico e para orientar políticas institucionais mais sensíveis às desigualdades. Como argumenta Carla Akotirene (2020), a interseccionalidade expõe a "inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-heteropatriarcado" (p. 19), exigindo epistemologias que reconheçam a pluralidade de experiências, corpos e saberes.

Refletir sobre a história das mulheres à luz do patriarcado e de suas articulações com a colonialidade do poder — conforme propõe Quijano (2005) — nos permite desnudar os mecanismos históricos e estruturais que sustentam as desigualdades de gênero, raça e classe. Essa análise também é fundamental para compreender como o conhecimento é produzido, validado e transmitido no interior das instituições universitárias, o que torna urgente o reconhecimento de saberes subalternizados e o enfrentamento das práticas excludentes de



produção acadêmica. Portanto, é fundamental reconhecer que a dominação patriarcal se reproduz tanto no âmbito privado — nas relações familiares e domésticas — quanto no público — no mercado de trabalho, na política e nas instituições —, sempre atravessada por hierarquias raciais, de classe e de gênero. A interseccionalidade, nesse contexto, se revela como uma categoria analítica e política capaz de promover a solidariedade entre diferentes grupos, valorizando suas especificidades e resistências.

Essa compreensão nos convoca à construção de um feminismo plural, interseccional e comprometido com a justiça social, capaz de enfrentar as múltiplas camadas de opressão que marcam a experiência das mulheres e de contribuir para a transformação profunda das estruturas sociais — inclusive e especialmente aquelas que organizam e reproduzem o saber no interior das universidades. A essas violências somam-se os desafios concretos da vida cotidiana: muitas estudantes acumulam jornadas múltiplas entre o trabalho remunerado, o cuidado com os filhos e a manutenção da vida doméstica, o que compromete seu rendimento acadêmico e sua permanência na universidade (Santos, 2020).

As mulheres muitas vezes convivem com o sentimento de não pertencimento e com a exigência constante de provar sua competência em ambientes que historicamente as marginalizaram. Assim, a luta feminista interseccional no campo acadêmico exige não apenas o reconhecimento dessas desigualdades, mas também o compromisso institucional com políticas efetivas de permanência, cuidado, escuta e valorização das trajetórias acadêmicas das mulheres em sua pluralidade.

3 PESQUISA NARRATIVA: A ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS DE MULHERES NO CAMPO ACADEMICO A PARTIR DE BENJAMIN E SCHÜTZE

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa narrativa biográfica, articulando os aportes teóricos de Walter Benjamin (2012) e o método de análise biográfica de Fritz Schütze (1992). A análise narrativa, nesse contexto, é compreendida como prática hermenêutica e política, por meio da qual sujeitos subalternizados constroem sentidos sobre suas trajetórias e desestabilizam formas hegemônicas de produção do conhecimento.

Segundo Vaz (2018) Em seu ensaio “O Narrador”, Benjamin compreende a narrativa como forma artesanal de transmissão da experiência, que se opõe à comunicação funcional e fragmentária da modernidade. Para o autor, narrar é partilhar experiências vividas que ganham sentido na rememoração e na escuta, e não apenas transmitir informação. A memória,



“faculdade épica por excelência” (Benjamin, 2012, p. 227), é o elo que conecta o vivido à coletividade e resiste ao esquecimento imposto pelas formas impessoais de vida moderna.

A leitura de Benjamin articula-se, de forma produtiva, com o método de Fritz Schütze (1992), cuja análise biográfica visa reconstruir a trajetória vivida (*erlebte Lebensgeschichte*) tal como narrada pelo sujeito, respeitando sua estrutura interna e seu modo próprio de organização. Schütze distingue três formas discursivas na narrativa: a sequência narrativa de trajetória, os comentários argumentativos e as avaliações temáticas. A alternância entre essas formas permite compreender não apenas os eventos biográficos, mas também os sentidos atribuídos a eles, os conflitos, os deslocamentos de identidade e os esforços de elaboração subjetiva (Vaz, 2018). Assim como Benjamin valoriza a experiência e a escuta como elementos centrais da narrativa, Schütze propõe um modelo de análise que torna audível a articulação entre biografia e estrutura social, entre singularidade e historicidade.

A partir dessa base teórico-metodológica, a pesquisa analisa as narrativas de duas estudantes universitárias do Campus de Naviraí da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), identificadas por pseudônimos: Flor e Rosa. Ambas compartilham histórias atravessadas por desigualdades estruturais, rupturas biográficas e práticas de resistência que ressignificam suas experiências formativas na universidade.

3. 1. Análise formal do texto – tipos de discurso

A primeira etapa da análise consistiu na identificação dos tipos discursivos que compõem as narrativas, conforme proposto por Schütze (1992): sequências de trajetória, comentários argumentativos e avaliações reflexivas.

Flor, mulher negra, mãe solo, oriunda da periferia urbana, estrutura seu relato com forte predominância da sequência de trajetória. A narrativa é fluida e marcada por encadeamentos temporais que evidenciam rupturas e transições: “com 18 anos eu engravidei e ganhei um filho [...] comecei a trabalhar na diária, que era faxina [...] o pai do meu filho estava recluso (preso) [...] foi quando engravidei pela segunda vez”. A predominância do discurso narrativo indica que Flor compreende sua história como um processo contínuo de luta e sobrevivência, no qual o trabalho precário e a maternidade precoce desempenham papéis centrais.

Em alguns momentos, no entanto, Flor desloca-se para comentários argumentativos que buscam justificar suas escolhas e legitimar sua permanência na universidade: “nunca é tarde pra estudar né?”, “foi por eles [os filhos] que eu estou aqui”, “a faculdade abriu um leque assim



de oportunidade”. Essas passagens revelam o esforço reflexivo de ressignificação da experiência e de afirmação de pertencimento em um espaço historicamente excludente.

Rosa, por sua vez, apresenta uma narrativa mais extensa, densa e elaborada. Seu relato alterna constantemente entre a sequência de trajetória e os comentários avaliativos. As falas revelam um grau elevado de reflexividade e consciência histórica: “aquela menininha sofrida [...] aqui dentro estava pulando de alegria porque falar: olha aonde eu cheguei”, ou ainda: “eu me acho muito vitoriosa, onde eu estou hoje”. O uso recorrente de expressões emocionais e os detalhes ricos na construção dos episódios revelam o que Schütze denomina como avaliações temáticas, que são tentativas de conferir sentido mais amplo à trajetória narrada.

Rosa mobiliza com frequência o comentário argumentativo para validar sua agência frente à precariedade social e familiar: “meu ex não conseguiu me proibir de estudar [...] eu fui trabalhar, fui fazer pão, pão recheado, pão de tudo quanto é jeito [...] vendia na rua com a bebezinha”. A narrativa performa, portanto, um gesto político de reescrita de si, de afirmação da dignidade e da capacidade frente a estruturas opressivas. Ambas as narrativas exibem o que Schütze chama de refração pragmática: estratégias discursivas que não apenas relatam, mas negociam reconhecimento, sentido e legitimidade. As falas de Flor e Rosa não apenas informam, mas transformam, à medida que configuram e reivindicam um lugar de fala que historicamente lhes foi negado.

3. 2. Descrição Estrutural da Trajetória Biográfica

Nesta etapa, conforme propõe Schütze (1992), a análise centra-se na reconstituição cronológica das trajetórias, destacando momentos de ruptura, continuidade, viradas biográficas e marcos estruturantes.

Flor é uma mulher negra, periférica, mãe solo de três filhos, cuja trajetória foi atravessada por múltiplas vulnerabilidades desde a infância. Abandonou os estudos na adolescência após uma gestação precoce, assumindo sozinha a criação dos filhos, especialmente após a prisão do companheiro. Trabalhou como empregada doméstica e diarista, enfrentando a precariedade e a invisibilidade do trabalho reprodutivo e informal. Sua reentrada no sistema educacional se deu por meio do ENEM, após um hiato de anos fora da escola. A universidade representa, para Flor, uma virada radical: “com 18 anos eu engravidei e ganhei um filho [...] e comecei a trabalhar na diária que era faxina”, “meu pai estudou só até a quarta série, minha mãe não sabe ler”. A trajetória de Flor é marcada por uma ausência persistente de capital cultural e



por barreiras estruturais que dificultaram sua permanência nos espaços formais de ensino.

Rosa, por sua vez, é uma mulher branca, mãe de dois filhos — um deles com deficiência — cuja trajetória é igualmente marcada por rupturas significativas: abandono familiar, violência doméstica, depressão, luto e múltiplos deslocamentos territoriais. Contudo, apresenta um histórico de maior vinculação institucional, com passagens por cursos técnicos e outras experiências de escolarização anterior ao ingresso na UFMS. Relata ter empreendido múltiplas estratégias para sobreviver e sustentar a família: “fui fazer pão, pão recheado, pão de tudo quanto é jeito [...] ia vender na rua com a bebezinha”. Em sua fala, destaca a importância da universidade em sua reconstrução emocional: “a faculdade era tudo pra mim [...] ela me ajudou a sair da depressão”. Desta forma, ambas as narrativas, embora singulares, revelam trajetórias atravessadas por processos de descontinuidade e luta, em que o acesso à universidade emerge como ponto de inflexão biográfica.

3.3. Abstração Analítica (Construção de Sentidos e Identidade)

Nesta etapa, conforme propõe Schütze (1992), a análise centra-se na reconstituição cronológica das trajetórias, destacando momentos de ruptura, continuidade, viradas biográficas e marcos estruturantes.

Flor é uma mulher negra, periférica, mãe solo de três filhos, cuja trajetória foi atravessada por múltiplas vulnerabilidades desde a infância. Abandonou os estudos na adolescência após uma gestação precoce, assumindo sozinha a criação dos filhos, especialmente após a prisão do companheiro. Trabalhou como empregada doméstica e diarista, enfrentando a precariedade e a invisibilidade do trabalho reprodutivo e informal. Sua reentrada no sistema educacional se deu por meio do ENEM, após um hiato de anos fora da escola. A universidade representa, para Flor, uma virada radical: “com 18 anos eu engravidei e ganhei um filho [...] e comecei a trabalhar na diária que era faxina”, “meu pai estudou só até a quarta série, minha mãe não sabe ler”. A trajetória de Flor é marcada por uma ausência persistente de capital cultural e por barreiras estruturais que dificultaram sua permanência nos espaços formais de ensino.

Rosa, por sua vez, é uma mulher branca, mãe de dois filhos — um deles com deficiência — cuja trajetória é igualmente marcada por rupturas significativas: abandono familiar, violência doméstica, depressão, luto e múltiplos deslocamentos territoriais. Contudo, apresenta um histórico de maior vinculação institucional, com passagens por cursos técnicos e outras experiências de escolarização anterior ao ingresso na UFMS. Relata ter empreendido múltiplas



estratégias para sobreviver e sustentar a família: “fui fazer pão, pão recheado, pão de tudo quanto é jeito [...] ia vender na rua com a bebezinha”. Em sua fala, destaca a importância da universidade em sua reconstrução emocional: “a faculdade era tudo pra mim [...] ela me ajudou a sair da depressão”. As narrativas, embora singulares, revelam trajetórias atravessadas por processos de descontinuidade e luta, em que o acesso à universidade emerge como ponto de inflexão biográfica.

3.4. Análise do Conhecimento Biográfico

Esta etapa visa identificar os saberes produzidos e mobilizados pelas entrevistadas ao longo de suas trajetórias, sejam eles de natureza prática, emocional, política ou acadêmica.

Flor articula saberes oriundos do cotidiano da sobrevivência, da maternidade e da experiência com o trabalho precário. Relata: “eu pensei assim, ‘o que eu vou fazer porque eu não tenho uma renda, eu pago aluguel, eu tenho 2 filhos’”. Tais saberes se reconfiguram no espaço universitário, que ela passa a habitar com desejo de continuidade: “eu quero ter a oportunidade de fazer outros cursos ou de fazer uma pós-graduação, quem sabe um mestrado”. Seu conhecimento biográfico se constrói na transição entre o saber da necessidade e o saber do projeto.

Rosa, por sua vez, apresenta um repertório de conhecimentos mais diversificado: saberes parentais, jurídicos, institucionais e acadêmicos. Refere-se com orgulho ao reconhecimento que recebeu: “meu TCC foi publicado [...] disseram que estava a nível de doutorado”. Além disso, lida com processos judiciais e defende a inclusão escolar do filho com deficiência, mobilizando saberes institucionais e práticos. Sua trajetória revela uma subjetividade elaborada, capaz de transitar entre domínios distintos e produzir sínteses potentes a partir de sua experiência vivida. Dessa forma, o conhecimento biográfico de ambas desafia as hierarquias epistemológicas tradicionais, posicionando suas histórias como fontes legítimas de saber e análise crítica da realidade.

3.5. Comparação Contrastiva (Mínima e Máxima)

Nesta etapa, conforme proposto por Schütze (1992), procede-se à comparação entre as duas trajetórias analisadas, considerando tanto as semelhanças estruturais (comparação mínima) quanto as diferenças significativas (comparação máxima) que evidenciam as desigualdades interseccionais.



Na comparação mínima, observa-se que ambas as participantes — Flor, mulher negra, mãe solo, oriunda de contexto periférico, e Rosa, mulher branca, também mãe solo, com histórico de vulnerabilidade social — compartilham vivências marcadas por maternidade precoce, ausência de rede de apoio e ingresso tardio na educação superior. Seus relatos revelam trajetórias permeadas por precarização do trabalho, experiências de exclusão e sofrimento psíquico, mas também por estratégias de resistência e reinvenção de si no espaço acadêmico. Ambas identificam na universidade uma possibilidade concreta de ruptura com ciclos de vulnerabilidade, sendo esta associada à conquista de autonomia, à realização pessoal e ao reconhecimento social. Os depoimentos evidenciam a sobrecarga reprodutiva, a negligência institucional e a dificuldade de conciliação entre estudo, trabalho e cuidado com os filhos, compondo um cenário de resistência cotidiana à desigualdade de gênero, tal como analisado por Saffioti (2004).

Na comparação máxima, contudo, emergem diferenças substanciais relacionadas a marcadores de raça, capital cultural e inserção institucional. Rosa, mulher branca, apresenta uma trajetória relativamente mais institucionalizada, com passagens por cursos técnicos, rede de saúde, sistema de justiça e programas de assistência. Sua narrativa revela um domínio discursivo mais estruturado, maior fluência no uso da linguagem acadêmica e reconhecimento institucional de sua produção intelectual: “meu TCC foi publicado [...] disseram que estava a nível de doutorado”. Isso sugere um capital cultural mais consolidado, associado à branquitude e à capacidade de transitar entre campos sociais diversos.

Flor, por outro lado, enfrenta barreiras mais densas e persistentes. Sua trajetória é marcada por fragmentações afetivas, exclusão educacional prolongada e vínculos com o sistema penal, como revelado ao afirmar: “meu marido estava preso [...] e eu com dois filhos pequenos”. Sua narrativa, embora carregada de densidade vivencial, apresenta rupturas, descontinuidades e menor domínio dos códigos institucionais, refletindo a ausência histórica de reconhecimento das vozes negras femininas nos espaços de poder e saber. A necessidade constante de reafirmar sua legitimidade no espaço acadêmico — “nunca é tarde pra estudar, né?” — aponta para os efeitos da colonialidade de gênero (Lugones, 2014), que articula raça, classe e gênero na produção da subalternização e silenciamento das mulheres negras.

Essas diferenças reforçam a relevância de uma abordagem interseccional para a análise das trajetórias. Embora ambas estejam inseridas em contextos de exclusão, os efeitos do racismo estrutural, da branquitude e da colonialidade incidem de formas distintas sobre seus



percursos. Rosa, mesmo enfrentando adversidades, beneficia-se de uma rede de reconhecimento social e simbólico que facilita sua permanência e visibilidade acadêmica. Já Flor precisa superar não apenas a precariedade material, mas também o estigma racial e o apagamento institucional de sua história. A comparação contrastiva, portanto, permite evidenciar que, embora as trajetórias compartilhem elementos estruturais de desigualdade, as formas pelas quais essas desigualdades operam são radicalmente distintas, exigindo análises situadas que considerem os efeitos combinados de gênero, raça e classe na constituição das experiências de mulheres subalternizadas no espaço universitário.

3.6. Construção de Modelo Teórico

As narrativas de Flor e Rosa, estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campus de Naviraí, permitem delinear um modelo teórico que articula biografia, estruturas sociais e produção de saberes a partir das margens. Ambas integram o contexto de um campus interiorizado, fruto do programa de expansão REUNI, onde o acesso ao ensino superior se configura como ruptura e reinvenção diante de trajetórias marcadas por desigualdades sociais, de gênero e de raça.

Conforme propõe Fritz Schütze (1992), trata-se de "trajetórias de ruptura" — percursos nos quais as experiências individuais desestabilizam ordens sociais estabelecidas, criando possibilidades de ressignificação identitária e de reconfiguração de sentidos. Em ambas as histórias, a universidade emerge não apenas como espaço de formação acadêmica, mas como campo simbólico de disputas e reinvenções. Flor afirma: “nunca mais vou limpar chão dos outros”, enquanto Rosa declara: “eu me acho muito vitoriosa, onde eu estou hoje”, evidenciando a centralidade da educação como projeto de futuro.

As trajetórias analisadas exemplificam o que Gonçalves e Silva (2018) denominam “trajetórias insurgentes” — experiências que, ao invés de reproduzirem a exclusão, se erguem como formas de resistência ativa e produção de novos modos de existência. A presença de Flor e Rosa na universidade desafia a lógica meritocrática e universalista, ao mesmo tempo que evidencia as disputas em torno do pertencimento institucional. Para compreender as formas de opressão que incidem sobre seus corpos e trajetórias, é fundamental recorrer a um referencial feminista e decolonial. Silvia Federici (2004) demonstra que a violência contra as mulheres foi elemento fundante da modernidade capitalista e do patriarcado, articulando-se à desvalorização do trabalho reprodutivo e à expropriação dos corpos femininos. Esse legado reverbera na vida de Flor, submetida a jornadas múltiplas e à precarização do trabalho informal desde a juventude.



Rosa, embora branca, também experimenta sobrecarga reprodutiva e maternidade solo, mas com maior inserção institucional e reconhecimento simbólico, como indica a publicação de seu TCC.

Gerda Lerner (1986) reforça que o patriarcado é uma construção histórica organizada para manter as mulheres em posições de subalternidade. A responsabilização unilateral pela criação dos filhos e a negligência institucional às suas demandas demonstram como essa lógica persiste, inclusive no campo universitário. Ambas as entrevistadas narram a ausência de políticas de acolhimento e o esforço diário para equilibrar estudo, maternidade e trabalho. No campo das epistemologias decoloniais, Maria Lugones (2014) contribui ao introduzir o conceito de “colonialidade de gênero”, que articula raça, classe e gênero como eixos interdependentes da opressão. A trajetória de Flor é exemplar nesse sentido: mulher negra, mãe solo, periférica, com histórico de conjugalidade com um homem encarcerado, ela enfrenta múltiplos silenciamentos e precisa reiteradamente afirmar sua legitimidade como estudante universitária. Rosa, embora também impactada por desigualdades, usufrui de vantagens relativas à sua branquitude e à maior fluência nos códigos institucionais.

A construção de um “lugar de fala”, como propõe Djamila Ribeiro (2017), é central na análise dessas narrativas. Para a autora, falar é existir em um mundo que sistematicamente silencia e deslegitima sujeitos subalternizados. Quando Flor diz “foi por eles que eu estou aqui”, referindo-se aos filhos, está não apenas nomeando uma motivação, mas reposicionando sua maternidade como força política e resistência cotidiana. Rosa, ao afirmar “eu não tinha nem onde cair morta, mas estudei”, também reivindica agência diante da precariedade. As falas dessas mulheres revelam que o conhecimento produzido por elas não é apenas acadêmico, mas epistemológico, forjado na intersecção entre dor, luta e desejo. Suas experiências desconstróem o mito da neutralidade do saber e tensionam o currículo, os métodos e os modos de legitimar conhecimento na universidade. A pesquisa narrativa, nesse contexto, atua como ferramenta crítica que desestabiliza hierarquias epistêmicas e reconhece os saberes situados como legítimos e potentes.

Ao possibilitar que Flor e Rosa narrem suas trajetórias com densidade e autoria, o método de Schütze se mostra fecundo para articular a dimensão subjetiva da experiência com os condicionantes históricos e sociais que as moldam. Suas vozes não apenas denunciam desigualdades, mas constroem horizontes possíveis de justiça epistêmica e transformação institucional. Como afirma Ribeiro (2017, p. 68), “o falar não se restringe ao ato de emitir



palavras, mas de poder existir”. Dessa forma, as narrativas de Flor e Rosa deslocam o centro, descolonizam o saber e inscrevem, na universidade, outras formas de viver, conhecer e resistir. Suas narrativas, ao tomarem a palavra, deslocam o lugar daquelas que sempre foram faladas, mas raramente ouvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as trajetórias de duas estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Naviraí –, com o intuito de compreender como gênero, raça e classe atravessam suas experiências acadêmicas. A partir de uma abordagem narrativa, fundamentada nas epistemologias feministas e decoloniais, foram examinadas as estratégias de luta, resistência e reinvenção construídas por essas mulheres em contextos marcados por múltiplas formas de exclusão. As análises revelam que a permanência, resistência e agência dessas mulheres se constroem em meio a estruturas de poder historicamente consolidadas, sustentadas por um patriarcado articulado à colonialidade do poder e à lógica capitalista, conforme discutem Silvia Federici (2004), Gerda Lerner (1986), Maria Lugones (2014) e Djamila Ribeiro (2017).

O acesso ao ensino superior não representou, para essas estudantes, apenas uma etapa educacional, mas um ponto de inflexão existencial — espaço de disputa, reinvenção e construção de novos horizontes de vida. A análise das narrativas demonstrou que o espaço universitário está longe de ser neutro ou universal: trata-se de um campo marcado por hierarquias simbólicas e materiais que reproduzem desigualdades estruturais. A partir do conceito de sistema moderno/colonial de gênero, formulado por Lugones (2014), evidenciou-se que tais estruturas operam de maneira desigual. Enquanto Rosa, mulher branca, enfrenta desafios importantes, sua trajetória é atravessada por menor vulnerabilidade estrutural. Flor, mulher negra, periférica e mãe solo, vivência de modo mais contundente os efeitos do racismo, da desigualdade de classe e da maternidade solitária, sendo reiteradamente interpelada a justificar sua presença e sua produção intelectual.

Apesar dessas diferenças, as entrevistadas protagonizam rotas de resistência que desestabilizam os silêncios e os apagamentos impostos às suas histórias. Suas narrativas expressam agências situadas, que transformam dor em potência, e maternidade em força de reexistência. Assim, o conceito de interseccionalidade, conforme proposto por Crenshaw (1995) e aprofundado por autoras como Patrícia Hill Collins, Carla Akotirene e bell hooks, revelou-se central para compreender a simultaneidade das opressões e as estratégias singulares de



enfrentamento construídas por essas mulheres.

Dessa forma, a investigação empírica, ancorada na análise narrativa biográfica fundamentada em Walter Benjamin (2012) e Fritz Schütze (1992), articulada às epistemologias feministas e decoloniais, permitiu acessar dimensões subjetivas e estruturais que moldam as trajetórias analisadas. Mais do que relatos de vida, as histórias de Flor e Rosa configuram performances políticas que reivindicam autoria, reconhecimento e pertencimento em um espaço institucional que historicamente marginalizou corpos dissidentes e vozes subalternizadas. Ainda assim, ambas reivindicam, pela linguagem e pela presença, um lugar de fala, conforme nos ensina Djamila Ribeiro (2017). As narrativas tornam-se dispositivos de visibilidade e reconstrução de si, revelando como a universidade pode ser simultaneamente um espaço de exclusão e um território de insurgência. A presença de Flor e Rosa nos bancos acadêmicos não é apenas uma conquista individual, mas um ato político que desloca fronteiras do possível e convoca a universidade à responsabilidade com a justiça social.

A escuta sensível dessas narrativas evidenciou a potência política do testemunho e da memória como formas legítimas de produção de conhecimento. Suas trajetórias não se enquadram nos moldes convencionais de sucesso ou fracasso, mas operam segundo a lógica da resistência cotidiana e da criação de futuros possíveis. Como afirma Ribeiro (2017), falar, para essas mulheres, é existir — e existir, em um mundo que insiste em apagá-las, constitui um gesto profundamente político. Flor e Rosa nos convocam a repensar os modos de conhecer, de pesquisar e de nos implicarmos com as histórias que narramos e escutamos. Em suas narrativas inscrevem-se não apenas a luta por reconhecimento, mas a urgência de um projeto educativo verdadeiramente comprometido com a dignidade, a diversidade e a construção de uma universidade plural, inclusiva e transformadora para todas as mulheres e pessoas LGBTQIAPN+.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BENJAMIN, Walter. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens**: interseccionalidade, identidades e violências contra mulheres. In: CARNEIRO, Sueli; OCHI, Débora (orgs.). **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. São Paulo: Boitempo, 2004.



- GONÇ0ALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joice Otânia Seixas. **Colonialidade de Gênero: O Feminismo Decolonial de Maria Lugones**. In: VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: Resistências e Ocupações nos Espaços de Educação, 2016.
- GONÇALVES, Reinaldo; SILVA, Suely de. **Narrativas insurgentes: memórias de mulheres negras sobre a universidade**. EDUFBA, 2018.
- GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. In: Primavera para as Rosas Negras. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 2019.
- LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LUGONES, Maria. **Colonialidade e Gênero**. Tabula Rasa, Bogotá, v. 9, n. 2, p. 73-102, 2008. ISSN 1794-2489.
- MORGAN, Jennifer L. **Laboring Women: Reproduction and Gender in New World Slavery**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.
- OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; BERNARDINO-COSTA, Joaze. **O feminismo negro de Patrícia Hill Collins: uma conversa sobre conhecimento, poder e resistência**. Entrevista com Patrícia Hill Collins. Sociedade e Estado, Brasília, v. 36, n. 3, p. 859-875, set./dez. 2021.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- SCHÜTZE, Fritz. **Biography Analysis on the Empirical Base of Autobiographical Narratives: How to Analyse Autobiographical Narrative Interviews**. European Sociological Association, 1992.
- SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Revista Estudos Feministas, v.1, n.2, 1990.
- SERRÃO, Flávia; RIBEIRO, Ana. **Diálogos entre Colonialidade e Gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 24, n. 3, p. 70-85, 2016.
- SERRÃO, Maria José; RIBEIRO, Ana Paula. **Colonialidade de Gênero: Uma Análise Interseccional**. Revista Estudos Feministas, v. 24, n. 1, p. 89-102, 2016.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Painel de dados institucionais: graduação – alunos**. Campo Grande: UFMS, 2025. Disponível em: <https://numeros.ufms.br/graduacao-alunos>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- VAZ, Telma, R. D. **Para além dos nascidos em berços esplêndidos: narrativas docentes sobre o trabalho dos professores no campo das políticas de ações afirmativas na UFMS**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2018. 328 p.